



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**  
**Campus Ibirubá**  
**Conselho de Campus**

ATA Nº 07/2020

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte às nove horas e vinte minutos, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Ibirubá, localizado a Rua Nelsi Ribas Fritsch, Nº 1111, reuniram-se por meio de web conferência no endereço eletrônico: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/sandra-rejane-zorzo-peringer>, os membros representantes do Conselho, na quinta (5ª) reunião ordinária de 2020 do Conselho de Campus, para ser apreciada a seguinte pauta: 1) Posse dos novos conselheiros; 2) Análise e parecer do pedido de vistas do regulamento de moradias do Campus Ibirubá e do pedido de prorrogação do prazo de desocupação das moradias do Campus; 3) Aprovação do Plano de Ação 2021. A sessão foi coordenada pela Professora Sandra Rejane Zorzo Peringer e secretariada, neste ato, pelo Chefe de Gabinete Eduardo Fernandes Antunes. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Representante dos Docentes: Anderson de Oliveira Fraga, Renata Porto Alegre Garcia, Tiago Rios da Rocha. Representantes dos Técnicos Administrativos: Iuri Guissoni Quaglia, Vanessa Soares de Castro, Talita Luiza de Medeiros Ferro. Declarada aberta a sessão, a profª Sandra solicitou a inclusão da pauta, Organização das propostas APNP's 2º Ciclo, que foi aceita pelos conselheiros. No item 1, os conselheiros discentes suplentes, Lucas Felipe Wollmann e Júlia Sandri de Quadros deveriam ter assinado os termos de compromisso como conselheiros titulares e com a ausência justificada por e-mail do conselheiro Décio Roberto Rauch Junior, o conselheiro suplente João Arthur De Bortoli do Amaral deveria ter assinado o termo de compromisso como conselheiro suplente, mas nenhum estava presente na reunião. O item 2 da pauta, por o conselheiro Helder Madruga de Quadros não estar presente, acabou por ser votado se permaneceria ou não na pauta, sendo assim os conselheiros votaram pela permanência do item na pauta. Desta forma, a profª Sandra leu o parecer da Procuradoria Jurídica nº 00098/2020, encaminhado no e-mail junto da convocação da reunião que orienta encaminhar a decisão para o Conselho Superior - Consup. Sendo assim, ouviu-se o servidor Luiz Felipe Kopper da Silva, representante da Comissão de revisão do regulamento, que relatou sobre pontos do parecer: o parecer jurídico trouxe duas legislações que a comissão não havia citado o Decreto nº 980/1993, o Decreto nº 6.054/2007 e a Lei nº 6.120/1974, mas que haviam discutido internamente na comissão para poder realizar o regulamento, porém as legislações não alterariam o parecer da Comissão e que parecer jurídico não trouxe nenhum fato novo a não ser o encaminhamento ao Consup para deliberação. A Profª Sandra falou sobre a sugestão de encaminhar ao Consup, só que antes o conselho de campus poderia deliberar sobre a utilidade das residências, ou continuarão sendo residências ou serão utilizadas para

outros fins. O Conselheiro Anderson Fraga expos que antes de deliberar sobre encaminhar o regulamento para o Consup, deveria ser lembrado que tal parecer não seria só para o nosso campus, que existe servidores que ocupam casas em outros *campi* do IFRS, defendeu o ponto de vista citando problemas como a redução do orçamento e que não via sentido em transformar aquelas moradias em laboratório, ou algum outro espaço, no momento em que estão recebendo cuidados, manutenção naquele campo todo, sem falar que ainda conta com a vigia dos servidores que estão ocupando aquelas residências no momento e votou pela permanência dos imóveis como residência. Conselheira Vanessa Castro expos que por mais que o parecer não tenha trazido nenhuma novidade, sabendo por mais que não tenhamos recursos, temos solicitações das moradias para diversas outras finalidades. Salientou que não cabe a nenhum servidor ser vigia dos locais, por questões trabalhistas e demais situações. Citou exemplos de como poderia ser ocupadas às moradias, relatou a situação da opção dos servidores em morar aonde escolherem quando prestaram concurso público e de arcar com os custos que isso acarreta e sabendo do pouco espaço disponível, do pouco recurso que temos, considera-se usar esses locais para outras finalidades e votou desfavorável a manutenção das moradias. Prof<sup>a</sup> Sandra sugeriu colocar em votação se mantemos os imóveis que temos no Campus Ibirubá para fins residências ou não, a sugestão foi aceita pelos conselheiros que decidiram por não manter as residências como moradias. Foram dois votos favoráveis a manutenção das moradias, quatro votos desfavoráveis a manutenção das moradias e uma abstenção. Sendo assim, não havendo necessidade de encaminhar o item para o Consup. Desta forma, foi analisada a solicitação de prorrogação do prazo de desocupação das moradias, a conselheira Renata Garcia expos que devido ao cenário atual da pandemia, não haveria tanta urgência na desocupação das casas, porque não há previsão de destino imediato dessas moradias e não temos recurso para investir. A Prof<sup>a</sup> Sandra relatou que não há previsão de novas reformas no momento, só as que já estão ocorrendo. Na sequência o conselheiro Anderson Fraga expos que não teria sentido esvaziar as casas agora e que não teria o que fazer com os móveis, então desta maneira a prof<sup>a</sup> Sandra sugeriu o prazo para a desocupação das moradias, para contemplar a colocação dos colegas sugeriu-se trinta dias após a data estabelecida pelo Consup para o retorno das atividades presenciais ou híbridas, todos os conselheiros concordaram com a sugestão.

Item 3: O servidor Edimar Manica, coordenador de Desenvolvimento Institucional (DI) relatou como foi realizado o plano de ação 2021, ele foi dividido em duas etapas: planejamento orçamentário e planejamento estratégico, iniciou em julho de 2020. Como ainda não havia sido definido o orçamento do *Campus* para 2021, foi considerado o mesmo valor do orçamento de 2020. Foi analisada a previsão de gastos necessários para manter o *Campus* em 2021, incluindo despesas com vigilância, limpeza, entre outros. O valor restante foi distribuído entre os setores e os cursos (R\$ 220.000,00). Aos cursos foi distribuído proporcionalmente ao número de alunos-equivalentes de cada curso em 2019 de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha 2020-Ano Base 2019, foi orientado que cada coordenador deve realizar reunião com todos os docentes e técnicos administrativos que atuam no curso para definir as prioridades de aquisições para 2021. No entanto, este planejamento não poderá ser executado uma vez que o orçamento do *Campus* Ibirubá será inferior ao estimado que será de R\$ 1.998.961,06. A redução aconteceu também com a receita própria que antes era de R\$235.534,00 e passou para R\$215.881,00. Assim tivemos que fazer alguns cortes, para poder manter o campus minimamente, então foi zerado o recurso para ações de capacitação, zerado o recurso para aquisições de investimento; retirada a previsão de contratação de motorista; replanejado o gasto com alimentação dos estudantes e

copeira, considerando o início em maio de 2021; zerado o recurso para apoio à participação de estudantes em eventos e olimpíadas; retirado o recurso para pagamento de diárias aos estudantes conselheiros, prevendo que em 2021 todas as reuniões serão virtuais; zerado o recurso para pagamento de diárias para colaboradores eventuais (palestrantes), considerando que em 2021 as palestras serão realizadas de forma virtual; redução de AIPCT e PAIEX, passando de 1% para 0,5% a fim de manter o funcionamento mínimo do *Campus*; zerado o valor de ressarcimento de despesas (passagens de ônibus); redução do valor destinado à política de educação física, passando de 0,20% para 0,10% a fim de manter o funcionamento mínimo do *Campus*, zerado o valor destinado à política de arte e cultura, uma vez que a área não adicionou demandas no levantamento realizado em julho, além disso, a área receberá em 2020 aproximadamente R\$ 15.000,00 via projetos de extensão; zerado o valor destinado às viagens técnicas, considerando que em 2021 ainda haverá restrições de aglomeração. Também o planejamento estratégico contou com a realização de 8 encontros virtuais e foi disponibilizado um formulário eletrônico para coleta de sugestões. A servidora Cristiane Brauner (DAP) complementou trazendo a informação que veio da reitoria sobre o recurso de capital, que nesse momento a informação era que não deixasse previsto recurso de capital, mas nada impede que ano que vem seja realizado uma alteração de orçamento, então diante da realidade do campus e do cenário atual, solicitamos este ano uma alteração de orçamento para capital que foi dividido entre os cursos, que receberam mais R\$ 14.000,00 para aquisição de capital, já orientado que o planejado no PA 2021 sofreria o corte, solicitamos que as áreas e cursos realizassem aquisições ainda este ano com o recurso extra que foi solicitado. A Conselheira Vanessa Castro deu a sugestão de trocar os termos no que se refere aos núcleos, do NEABI, pág. 26, retirar a palavra incluir e reescrever a palavra manter, mais um termo sugerido para mudança foi na página 16, *Elevator pitch* sobre a pesquisa, que remete a venda de algum produto, que é ligado a *Startup*, então sugeriu trocar por divulgação científica ou palavra que remeta a isso. O servidor Edimar explicou que a ideia de *Elevator pitch* era só por apresentações curtas e não relacionado a venda, mas concordava com a substituição. Foi colocado em votação, sendo uma abstenção e demais aprovaram. Conselheiro Anderson pediu explicação de como foi realizado o orçamento para o curso de engenharia e o servidor Edimar respondeu que foi eliminado todo o capital e mantido o custeio de todos os cursos, como orientado pela reitoria, no próximo ano não teria recursos de capital e como orientado pela DAP Cristiane para adiantar algumas aquisições para este ano. Após, a DAP Cristiane explicou sobre o curto prazo que tiveram para ajustar o orçamento e sobre os valores que não fecham para o próximo ano, o complemento não tem como puxar 100%, então conforme o PA tem que elencar prioridades, com um corte de R\$ 711.000,00 não tem como matematicamente fechar. A conselheira Renata Garcia questionou a questão do orçamento do curso Integrado em Agropecuária ter ficado bem mais baixo que os outros cursos e que o corte deveria ter sido discutido com a área, como iria explicar e deixar claro para o grupo a planilha apresentada e completou expondo que devemos deixar isso bem esclarecido, para que não sejamos interpretados mal e que ficou com dúvida na planilha em relação aos outros cursos. O DI Edimar Manica explicou o critério usado na planilha, que foi um só, de cortar todo o capital e deixar o custeio dos cursos, explicando que para a área de agropecuária o custeio ficou baixo devido a parte do valor estar junto do setor de produção agropecuária, destacou que para conseguir efetivar o adiantamento do orçamento é preciso seguir todas as etapas necessárias até a aquisição dos equipamentos e não apenas estar previsto no PA e que caso ocorra uma economia no

próximo ano, os itens previstos no PA ainda podem ser contemplados. A DAP Cristiane Brauner complementou, citando uma reunião ocorrida com os coordenadores de cursos, colocando que cada curso distribui da sua maneira o que vai ser adquirido e como vai ser o custeio, e que devido à verticalização alguns cursos acabam sendo penalizados tendo que usar praticamente todo o recurso como custeio. Anderson Fraga relata que no primeiro orçamento que já era pequeno, ficou entendido que cada curso organizaria o que seria custeio e investimento como queria e que no segundo momento com o corte do orçamento a engenharia mecânica seria duplamente penalizada pelo fato de não poder investir e com o corte que atinge os insumos e mais. O DI Edimar explicou que em outro momento a área da mecânica solicitou que deixasse a parte do orçamento de custeio elencada nos técnicos integrado em mecânica e subsequente em mecânica e a parte do investimento deixassem na engenharia mecânica, assim tentariam adquirir um equipamento e também acabaram gastando mais do que estava previsto, porque foi adquirido um equipamento previsto para 2020. A Profª Sandra agradeceu e colocou em votação o Plano de Ação 2021, que foi aprovado por todos. A pauta incluída, organização das APNPs 2º ciclo, a profª Sandra explicou que seria uma votação a respeito do cronograma (datas), 2º ciclo estaria iniciando em 11/01 e finalizando em 07/04, na sequência, vem as férias dos docentes e depois ainda não temos nenhum posicionamento. Assim colocou em votação e todos ficaram de acordo com o período estabelecido em reunião da Direção de Ensino do dia 28/10/2020. Terminadas as apreciações, às onze horas e dez minutos, a professora Sandra agradeceu a todos e deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes. Ibirubá, RS, trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte.

Eduardo Fernandes Antunes \_\_\_\_\_

Sandra Rejane Zorzo Peringer \_\_\_\_\_

Anderson de Oliveira Fraga \_\_\_\_\_

Renata Porto Alegre Garcia \_\_\_\_\_

Tiago Rios da Rocha \_\_\_\_\_

Iuri Guissoni Quaglia \_\_\_\_\_

Vanessa Soares de Castro \_\_\_\_\_

Talita Luiza de Medeiros Ferro \_\_\_\_\_